Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2010

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Hidrovias do Brasil S.A. (Companhia) foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede em São Paulo podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas abaixo, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- (i) transporte de passageiros e mercadorias;
- (ii) construção e a exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos;
- (iii) navegação fluvial e marítima, a cabotagem e o armazenamento de mercadorias;
- (iv) prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros;
- (v) outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

As atividades da Companhia em 2010 consistiram apenas no gerenciamento do caixa constituído por meio do aporte de capital dos acionistas e dispêndio de recursos no processo de constituição da Companhia, contratação de seus executivos e despesas gerais relacionadas a essas atividades. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apresentava capital de giro negativo e passivo a descoberto. Conforme mencionado na nota explicativa n° 12 a Companhia recebeu aporte de capital de R\$ 8.300.000 para a continuidade de suas operações e para seu processo de expansão.

2 Base de preparação

(a) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), não havendo diferença entre tais práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2011.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

(c) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. A Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente de 2010.

(d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Não havia nenhuma estimativa a ser registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

(f) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem, exclusivamente, os saldos de caixa e bancos.

(g)Apuração do resultado

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

(h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição. Não houve reconhecimento de depreciação em 2010 em virtude do bem ter sido adquirido no final do exercício.

(i) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro e não financeiro, não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

(j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(k) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

(1) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(m) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

(n) Segmentos operacionais

A Companhia, por ainda estar em fase pré operacional e não apresentar nenhuma fonte de receita e ter suas despesas apenas relacionadas a manutenção das atividades iniciais da Companhia, não tem condições de, nesse momento, apresentar suas demonstrações financeiras por segmentos operacionais. Tais informações passarão a ser apresentadas quando do início das atividades operacionais da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2010
Caixa Bancos conta movimento	500 <u>9.736</u>
	10.236

4 Imobilizado

2010

<u>3.822</u>

Refere-se a aquisição de uma máquina de café Royal ocorrida em 26 de novembro de 2010.

Não existia em 31 de dezembro de 2010 nenhum ativo com indicação de não recuperação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

5 Salários, férias e encargos a pagar

	2010
Salários a pagar	776
Provisão de férias e encargos	16.856
INSS a recolher	22.323
FGTS a recolher	4.164
IRRF a recolher	<u>19.087</u>
	63 206

6 Capital social

O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e não integralizado pelos acionistas deverá ser pago nos termos e condições estabelecidos nos respectivos boletins de subscrição, mediante chamada do Conselho de Administração.

A divisão do capital entre subscrito e integralizado é apresentada a seguir:

	R\$	%	Acionista
Subscrito Integralizado	10.000.000 (395.000)	100% 3,95%	P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação
A integralizar	9.605.000	96,05%	

Capital autorizado - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social mediante a emissão de até 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária nos termos do Artigo 168 da Lei n° 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Reserva legal - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

Dividendos - Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, tem a destinação determinada pela Assembléia Geral, que poderá, por proposta da Administração: (i) deliberar reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, nos termos do Artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório.

Reservas estatutárias – Adicionalmente as reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros:

Reserva para Investimentos – Compreende os recursos que serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e a expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% do capital social.

Reserva de Capital de Giro – Compreende os recursos que serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

7 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, conforme quadro abaixo:

31/12/2010

Resultado do período	(444.205)
Média ponderada de ações	90.000
Prejuízo por ação no período	(4,94)

Não existe efeito de diluição em função de não haver instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

8 Parte relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração:

Em 2010, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e conselheiros totalizou R\$ 256.490, e incluí salários e benefícios variáveis.

O montante global anual de remuneração dos administradores da Companhia para os anos de 2010 e 2011, aprovado pelos acionistas da Companhia, é de R\$ 4.000.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

9 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Em função da fase pré-operacional da Companhia e da gestão do caixa para pagamento das despesas operacionais iniciais, a Companhia encerrou o exercício de 2010 com uma posição de dívida líquida negativa, entretanto, tal situação é transitória em função do aporte de capital já ocorrida no início de 2011 conforme comentado na nota explicativa nº 12.

A dívida da Companhia para relação do patrimônio líquido final do exercício é apresentada a seguir:

Total do passivo Menos: caixa e equivalentes de caixa Dívida líquida	66.011 (10.236) 55.775
Patrimônio líquido	(49.205)
Relação divida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro	(113%)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

10 Despesas com pessoal

Salários	106.860
Pró-labore	70.000
Férias e 13º salário	21.006
Encargos sociais	98.813
Bônus	100.090
Outras despesas com pessoal	3.381
	<u>400.150</u>

2010

2010

11 Despesas gerais e administrativas

Publicações	25.521
Copa, higiene e limpeza	5.096
Condução e locomoção	2.753
Viagens e estadias	2.669
Serviços de informática	2.179
Despachante	1.920
Outras despesas	<u>3.872</u>
	<u>44.010</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

12 Eventos subseqüentes

(a) Integralização de capital

Em 6 de janeiro de 2011 foi integralizado pelo acionista P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação o montante de R\$ 8.300.000, representado por 8.300.000 (oito milhões e trezentas mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Investimentos em debêntures

Em 6 de janeiro de 2011 a Companhia efetuou a aplicação financeira em títulos de debêntures do mercado financeiro.

Tipo do Título	Quantidade de Títulos	Data de Início da Operação	Data de Vencimento da Operação	Saldo Atualizado em 31/01/2011
Debêntures	4.219	06/01/2011	27/12/2012	6.908.049

* * *

Bruno Pessoa Serapião Diretor Presidente Felipe Andrade Pinto Diretor

Milson Mundim Diretor Financeiro

Reginaldo Angelo da Silva CRC 1SP152978/O-6